

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO RURAL BRASILEIRO DO SÉCULO XXI¹.

Maria Salett Tauk Santos²

Resumo

O texto analisa a comunicação para o desenvolvimento dos contextos rurais no século XXI a partir dos três estágios da evolução das políticas públicas do Estado para o desenvolvimento: a do Estado desenvolvimentista; a do Estado neoliberal; e a do Estado posneoliberal. Tomando esses estágios como balizas, o presente estudo mapeia a comunicação para o desenvolvimento rural no Brasil, nas diferentes fases, com ênfase na comunicação para o desenvolvimento rural do século XXI, cenário no qual mudam não apenas os sentidos da comunicação, mas o próprio sentido do rural e do desenvolvimento.

Palavras chave: Políticas Públicas; Comunicação; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

Pensar a comunicação para o desenvolvimento dos contextos rurais no século XXI implica em reconhecer a evidência de que o modelo de comunicação para o desenvolvimento depende da política de desenvolvimento adotada em cada época. Isso exige incluir no debate o desafio de compreender os novos sentidos que assumiram a comunicação, o desenvolvimento e a ruralidade a partir do final dos anos 90, no Brasil.

A comunicação para o desenvolvimento dos contextos rurais brasileiros esteve sempre, historicamente atrelada às políticas públicas do Estado.

Políticas públicas que dizem respeito “tanto ao processo de disputa por cargos e negociações de interesse na sociedade quanto à implementação de ações governamentais específicas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, redução da pobreza, entre outras.” (SCHARTZMAN 2004, p. 175).

¹Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- INTERCOM.

²Jornalista, Doutora em Ciências da Comunicação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE.

Garcia Delgado (2000) apud Thornton (2006) resume em três estágios a evolução do papel das políticas públicas do Estado no desenvolvimento tomando por base alguns países da América Latina como incluindo o Brasil. O primeiro estágio seria o do Estado de bem estar, desenvolvimentista, de compromisso, cujo papel é empresário, empregador e planejador. Nesse estágio o papel da comunicação é introduzir o desenvolvimento via modernização dos contextos rurais.

O segundo estágio corresponde ao Estado neoliberal, mínimo, cujas funções é ser privatizador, desregulador, descentralizador. Nesse modelo o sistema estatal de comunicação para o desenvolvimento rural é desarticulado. E finalmente o Estado posneoliberal que corresponde ao estágio atual cujas características são de um estado regulador, solidário e estratégico. A comunicação nesse modelo volta-se à gestão do desenvolvimento local sustentável.

Tomando esses estágios como balizas, o presente estudo mapeia a comunicação para o desenvolvimento rural no Brasil, nas diferentes fases, com ênfase na comunicação para o desenvolvimento rural do século XXI, cenário no qual mudam não apenas os sentidos da comunicação, mas o próprio sentido do rural e do desenvolvimento.

A COMUNICAÇÃO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO

O modelo de comunicação para o desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1940, com a criação dos serviços de Extensão Rural, pelo governo brasileiro. O Estado, objetivando viabilizar a política modernizadora no campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e Michigan, contando com o apoio de organizações internacionais como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, a Fundação Kellogg, entre outras (Santos 1994). Através de um sistema organizacional articulado em todo território nacional, capitaneado pela Abcar- Associação Brasileira de Crédito e assistência Rural, depois Embrater – Empresa Brasileira de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural, o governo cria um sistema de Comunicação Rural, segundo preceitos do manual “Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola”, de Willy Timmer (1954), que recomendava ”persuadir as populações rurais a aceitar a nossa propaganda”. Referia-se às informações tecnológicas que a gente ocupada em

atividades agrícolas deveria incorporar para que as mudanças sociais acontecessem na direção pretendida: a modernização do campo. (TAUK SANTOS, 2000)

Nesse modelo de desenvolvimento induzido, a comunicação aparece como a viabilizadora das políticas modernizadoras do Estado que incorpora a tarefa de promotor e provedor do desenvolvimento nacional.

A principal crítica a este modelo vem de Paulo Freire no seu livro *Extensão ou Comunicação?* Retrucando a postura persuasora subjacente ao modelo difusionista estatal ele afirma: “a nós não nos é possível persuadir a aceitarmos a persuasão como ação educativa... nem aos camponeses, nem a ninguém se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora”. (FREIRE, 1979, p. 23)

A proposta de Freire, consolidada na Comunicação Rural na década de 1970, através dos estudos de Juan Díaz Bordenave (1978), Horácio Martins (1980), João Bosco Pinto (1978), entre outros, se fundamenta, segundo o próprio Freire, numa “opção libertadora”, cujo sentido é a problematização da situação concreta, objetiva, real dos homens para que esses homens, captando a sua realidade de maneira crítica, sejam capazes de atuar sobre essa realidade para transformá-la (Freire, 1979).

É importante assinalar a perspectiva revolucionária na proposta de Paulo Freire que vinha ao encontro da América Latina dos anos setenta: um continente oprimido pelas ditaduras militares, pelo imperialismo econômico e cultural e pela opressão vivida pelos operários e camponeses em mãos das elites econômicas do país.

Duas correntes teóricas distintas, portanto, norteiam a trajetória dos estudos para o desenvolvimento nessa fase: o difusionismo modernizador, consolidado desde a década de 1960, constituído pelos postulados teóricos funcionalistas de David Berlo, Everett Rogers, Wilbur Schramm, Daniel Lerner, entre outros (Tauf Santos, 1994) e a corrente da Comunicação Rural participativa, fundamentada na combinação da interpretação estrutural marxista do belga Armand Mattelart (1976), voltada para o estudo da dominação ideológico-imperialista exercido pelos meios de comunicação de massa, e a proposta contida na pedagogia de Paulo Freire, voltada para a participação popular. (TAUK SANTOS, 2000)

Os anos oitenta foram fundamentais para engendrar o cenário empírico e teórico onde se move hoje a Comunicação para o desenvolvimento. Na prática a flexibilização dos regimes

autoritários com a queda das ditaduras na América Latina, particularmente no Brasil, nos anos oitenta, faz com que o Estado brasileiro incorpore o discurso freireano da participação popular na Comunicação (Tauk Santos, 1994). É importante salientar, entretanto, que essa postura não representou uma ruptura com o modelo difusionista modernizador e sim a perspectiva de alinhar o discurso do Estado à onda avassaladora de democratização que varria o País.

Comunicação para o desenvolvimento no Estado Neoliberal

As mudanças que engendraram os novos sentidos do desenvolvimento nos anos 1990 têm na globalização um dos seus principais referentes. A globalidade como assinala Thornthorn (2006) inclui muitas dimensões como a tecnológica, a econômica, cultural, político institucional e ambiental que tem como referente político o modelo democrático e no domínio econômico, a ideologia capitalista. Trata-se de um movimento de integração cultural econômica, como assinala M. Sili apud Thornthorn (2006, p.31) provocado pela revolução tecnológica das comunicações e transportes, a consolidação do capitalismo e o ajuste estrutural sobre os sistemas econômicos em escala global! Os sistemas econômicos centraram-se na liberalização da economia, na desregulamentação dos mercados, na redução do Estado, na confiança no papel dos mercados como avaliadores de recursos e na crença de que o crescimento econômico garantiria necessariamente seus benefícios ao conjunto da sociedade (Thornthorn, 2006).

As idéias neoliberais encontraram na América Latina dos anos 90 e particularmente no Brasil, recém-saídos de regimes ditatoriais, um terreno fértil para os argumentos sobre a necessidade de recuo do estado das atividades essenciais por ser considerado assistencialista e pouco eficaz na gestão de questões propulsoras do desenvolvimento.

As políticas de estado no Brasil aderiram, portanto, como assinala Thornthorn (2006, p. 32) às orientações neoliberais de “desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, privatização da política salarial, transferência ao setor privado da titularidade do patrimônio público e procurara ser bom pagador da dívida pública.”

O novo papel do Estado no desenvolvimento, como assinala Boaventura de Souza santos, passa:

“de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-

governamentais e não governamentais, nas quais o aparelho de estado tem apenas tarefas de coordenação *primus inter pares*.”
(SANTOS, 2002, P. 37-38)

O processo de descentralização do Estado traz assim para a agenda das políticas estatais a busca de parcerias e de um maior envolvimento da sociedade civil no controle das ações governamentais. É nesse sentido que são criados o Programa de Combate à Miséria e a Fome (PCM 1993) e o Programa Comunidade Solidária, em 1996, cuja proposta era dar continuidade ao PCMF, voltado às ações de articular, coordenar e potencializar as iniciativas dos governos, federal, estadual e municipal no combate à pobreza (DRAIBE, apud CALLOU e TAUKE SANTOS, 2008).

Dentro desse mesmo espírito de parceria o estado mobiliza a sociedade civil para participar da gestão de governo com a criação dos conselhos municipais de desenvolvimento com a função de planejar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados pelo governo federal e estadual para implementação de políticas públicas municipais. Criam-se igualmente programas voltados ao desenvolvimento rural cuja operacionalização requerem a participação das comunidades envolvidas, como o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros (DRAIBE, apud Callou e TAUKE SANTOS, 2008), no afã de combater a pobreza rural a política de comunicação do estado liberal descentralizador se constrói pela mobilização para a participação dos contextos sociais pobres e excluídos do meio rural pautada no incentivo ao associativismo, à participação comunitária e nos conselhos de desenvolvimento municipal. (CALLOU E TAUKE SANTOS, 2008)

Nesse cenário o papel da comunicação para o desenvolvimento rural volta-se à capacitação para a construção da participação e fortalecimento das organizações nos contextos populares. O argumento das políticas públicas governamentais e não governamentais voltava-se à construção da gestão participativa no âmbito municipal. As estratégias de comunicação voltavam-se para viabilizar ações como promover o empoderamento das associações populares, compreendida como ação que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva para atuarem no cenário público; fortalecer as lideranças municipais; articular parcerias com organizações governamentais, não governamentais e população local; além de viabilizar ações permanentes de capacitação e assistência técnica para a população dos contextos rurais envolvidos no processo de desenvolvimento. (TAUKE SANTOS; CALLOU, 2006)

Se considerarmos alguns estudos avaliatórios a respeito da política de mobilização para o associativismo e a participação das populações em projetos de desenvolvimento rural na década de 1990 conclui-se que em relação aos conselhos municipais:

“(a) Os conselhos são formados estritamente como contrapartida à exigência legal para obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressam uma dinâmica local significativa (...)

b) A participação da comunidade nas reuniões do conselho não é significativa. Dos vinte casos estudados (...) em apenas cinco participavam representantes de associações de produtores não integrantes diretos do conselho (...)

c) Metade dos presidentes dos conselhos estudados eram os próprios secretários da agricultura (...)

d) Dos 20 conselhos examinados (...) 13 têm caráter consultivo e apenas quatro deliberativos” (ABRAMOVAY, 2003 p.60-65)

Em relação ao associativismo em contextos rurais evidencia-se tendência semelhante ao tipo de participação observada nos conselhos municipais. Em estudo avaliatório do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) envolvendo 10 estados brasileiros, do Maranhão ao Norte de Minas, Callou e Tauk Santos afirmam em relação à organização/participação comunitária:

“A adesão das comunidades rurais às associações se dá muito mais em virtude das exigências associativas realizadas pelo governo para que as populações tenham acesso aos benefícios públicos de desenvolvimento, do que mesmo em virtude de um processo organizativo/participativo da população rural (...) dando margens a considerar o associativismo com forte tendência a características meramente burocráticas.”

(CALLOU, TAUK SANTOS, 1996. p. 28-29)

Feito o balanço do desenvolvimento no Estado neoliberal, a década de 1990 foi considerada a década da exclusão, manifesta pelo aumento da pobreza rural e pela precariedade de acesso da população pobre do campo entre outros, à terra, à moradia, à educação, à comunicação (TAMOYO, apud Thornton, 2006).

No que se refere à comunicação para o desenvolvimento rural tanto o modelo governamental, preocupado em transformar as comunidades rurais locais no sentido de conectá-las a um modelo de desenvolvimento mais global; quanto o modelo praticado pelas ONGs, voltado a incrementar a participação local para enfrentar os efeitos do modelo governamental neoliberal, não foram capazes de sedimentar uma proposta de desenvolvimento local que garantisse além

de espaço de democratização política, instrumentos que promovessem uma racionalidade econômica produtiva apoiada em possibilidades locais. (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995)

Comunicação para o Desenvolvimento no Estado Posneoliberal

A crise operada pela tecnologia, pelo aceleração do processo de globalização da economia; as políticas neoliberais e suas conseqüências como a crise do desemprego e do estado providência e dos efeitos desastrosos do modelo modernizador sobre o meio ambiente colocaram, com assinala TAUK SANTOS (2002), novos desafios ao desenvolvimento rural. Desafios de incorporar ao debate teórico e às políticas públicas de desenvolvimento as novas concepções contemporâneas sobre o espaço rural, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas num mesmo território agrário, e as noções de desenvolvimento local e da sustentabilidade.

O NOVO RURAL

O debate sobre o novo rural no Brasil contemporâneo tem dois aspectos fundamentais: um associado à uma nova compreensão do território rural e outro que refere às novas atividades e aos novos modos de vida. Para Eli da Veiga (2002) o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios brasileiros que abrigam 30% dos habitantes utilizando critérios do número de habitantes combinado com a densidade demográfica o autor considera que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. O Brasil rural é composto de 4.485 municípios formados por vilarejos e vilas. Outro dado relevante que configura a importância do rural brasileiro contemporâneo é o fato de ter ocorrido um aumento populacional de 31,3% em um quarto desses municípios. Na avaliação de Eli da Veiga são suficientes “para que se rompa com a visão de que o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando” (VEIGA, 2012 p.36). Para o autor a importância dessas constatações é compreender que o futuro desse Brasil rural depende de articulações capazes de diagnosticar as vocações do território e formular um plano de desenvolvimento microrregional, com apoio das esferas governamentais, no sentido de construir e desenvolvimento sustentável do Brasil rural (VEIGA, 2012).

O segundo aspecto refere-se às atividades produtivas e ao modo de vida das populações rurais. A mundialização da cultura massiva, respaldada pela tecnologia, tem cada vez mais homogeneizado a forma das populações rurais darem sentido às suas vidas no trabalho, como no lazer, na saúde, na educação, e até na fé, através do consumo. (TAUK SANTOS, 2002)

O forte processo de urbanização a que está submetido o espaço rural suscita a necessidade de ampliar, como enfatiza José Graziano, o rural “para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do ambiente, etc.) e de bens não agrícolas como, por exemplo, moradia e artesanato, incluindo aí também as formas modernas de trabalho a domicílio.” (GRAZIANO, 1993 p.11)

DESENVOLVIMENTO LOCAL

A construção de um paradigma de desenvolvimento mundial está associada ao aceleramento do processo de globalização, como diz Sérgio Buarque, cuja ação inclui integração econômica, formação de blocos regionais e de grandes redes empresariais que atuam em escala global. Paradoxalmente, afirma o autor, “nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento”. (Buarque, 2002 p.25)

Nessa perspectiva o desenvolvimento local se materializa no acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões políticas/administrativas em suas comunidades. (FRANCO, 2000) Pois, como assinala o autor, não basta crescer economicamente, é preciso garantir o acesso das pessoas não apenas à renda, mas à riqueza, ao conhecimento e à capacidade de influir nas decisões públicas. Para o autor o desenvolvimento local constitui uma estratégia que favorece a conquista da sustentabilidade, na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis.

Processo este que favorece, como ressalta Carlos Jara, a participação dos atores locais na construção de uma nova cidadania, que inclui o bem-estar econômico, a preservação

ambiental, a equidade social, a identidade cultural e o atendimento das necessidades humanas básicas. (JARA, 2001) O avanço na compreensão do desenvolvimento rural a partir dos anos

1990 incorpora, portanto, duas concepções fundamentais: o desenvolvimento local e a sustentabilidade.

Desenvolvimento e sustentabilidade

O debate sobre o desenvolvimento sustentável tem suas origens na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, cujos princípios são reforçados pela ECO 1992 realizada na cidade do Rio de Janeiro e culmina com a proposta de uma economia verde que gerou uma grande polemica por ocasião da realização da Conferencia Rio+20 em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Um marco inicial importante nesse debate foi o relatório da Comissão Bruntland (1987) que concebe a sustentabilidade como um processo no qual a exploração e os usos dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e mudança institucional estejam em harmonia como o meio ambiente, satisfaçam de forma equitativa as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

Ao incorporar a noção de sustentabilidade o desenvolvimento passa a compatibilizar, como assinala Thornton (2006), dois novos conceitos: a saúde do meio ambiente e o respeito às igualdades intrageracionais e intergeracionais. O autor resume o desenvolvimento sustentável numa dialética combinatória do desenvolvimento ambiental – conservação do meio ambiente e dos recursos naturais promovendo atividades produtivas orientadas para a qualidade de vida – com o desenvolvimento social, compatível com os valores culturais, voltado à construção de um mundo mais humano, e à redução da pobreza.

Para Caporal e Costabeber (2004) o desenvolvimento rural sustentável deve estar ancorado a seis dimensões interdependentes: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. A dimensão ecológica diz respeito à manutenção e recuperação da base dos recursos naturais indispensável para a continuidade dos processos de reprodução social, econômica e cultural da sociedade, tendo em vista as gerações atual e futura.

A dimensão social, considerada pelos autores como um dos pilares básicos da sustentabilidade, refere-se à razão de que a conservação ambiental apenas adquire sentido na medida em que for apropriado pelos diversos segmentos da sociedade.

A dimensão econômica pressupõe a necessidade de considerar outros ganhos além do simples aumento de produção e produtividade. Sendo necessário garantir a produção de bens que contribuam à reprodução social, a soberania e a segurança alimentar.

A dimensão cultural pressupõe a necessidade de considerar os saberes, os valores e os conhecimentos da cultura local como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural.

A dimensão política da sustentabilidade refere-se aos processos participativos e democráticos na construção do desenvolvimento não apenas em relação às práticas produtivas, mas no estabelecimento de redes de organização social dentro das comunidades e articulação com a sociedade mais ampla.

Finalmente, a dimensão ética que se refere à aquisição de novos valores que vão desde a redução do sobre - consumo e da contaminação ambiental gerada pelo estilo de vida, à questões ligadas ao resgate da cidadania e à luta pela eliminação da pobreza. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004)

O desenvolvimento local entendido como um “processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e grupamentos humanos” (Buarque, 2002 p.25) Para se tornar sustentável o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar os recursos e contribuir para levar as oportunidades sociais e competitividade da economia local e assegurar a conservação dos recursos naturais locais, condição indispensável à qualidade de vida das populações locais. Além disso, o desenvolvimento local requer mudanças institucionais no sentido de otimizar a governança das instituições públicas locais que possibilitem investimentos sociais estratégicos para a localidade. A construção do desenvolvimento local sustentável exige, portanto, como assinala Buarque, a combinação de três condições essenciais: a qualidade de vida da população local-redução da pobreza, geração e distribuição de riqueza; a eficiência econômica agregando valor à cadeia produtiva; e a gestão pública eficiente. A combinação desses fatores, como ressalta o autor, deve ser mediada pela “governança - transbordando da base econômica par as finanças e os investimentos públicos; pela organização da sociedade, orientando as políticas e os investimentos públicos locais; e pela distribuição de ativos sociais, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia.” (Buarque, 2002, p.27)

A sustentabilidade tornou-se o argumento mais visível nas propostas das políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil. Ao analisar a Política de Desenvolvimento

do Brasil Rural aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2010, constata-se que o princípio da sustentabilidade considerada nas dimensões política, econômica, ambiental e social norteia os demais princípios a saber Democracia, construção autônoma dos interesses sociais e protagonismo dos sujeitos políticos; Inclusão, participação, política, social, econômica e cultural de todos os segmentos sócias; Diversidade, reconhecimento que o Brasil rural representa um patrimônio específico que abriga muitas diferenças (biomas, ecossistemas, formas de organização social e política); Soberania, assegurar a independência da nação brasileira no cenário internacional, diante da globalização; Igualdade, superação dos mecanismos de opressão de classe, gênero, geração, raça, etnia, religião e orientação sexual; Solidariedade, construção de uma ordem econômica, social, política e cultural mais justa (Condraf, 2010).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária- PNATER, instituída em 11 de janeiro de 2010, no seu artigo 3º que trata de seus princípios, traz como princípio primeiro: promover o desenvolvimento rural sustentável, compatível com utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente. São objetivos da PNATER:

- I. promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II. apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III. aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV. promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V. assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI. desenvolver ações voltadas ao uso manejo proteção conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII. construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- VIII. aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX. apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agências de assistência técnica e extensão rural;
- X. promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- XI. promover a integração Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII. contribuir para expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada a realidade do meio rural brasileiro.” (PNATER, 2010)

Ao observarmos as proposições contidas tanto na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, quanto nos princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária verificamos que há dois fatores que são recorrentes nos enunciados: um é a presença da questão da sustentabilidade e o outro é a constatação de que a maioria das suas ações têm a ver com processos de comunicação. Significa dizer que o desenvolvimento rural para ser sustentável depende em boa medida da comunicação. Em outras palavras, podemos afirmar que se tornou impossível separar a comunicação do processo de construção da sustentabilidade. Trata-se de conceitos que estão amarrados pela noção de complexidade do admirável mundo contemporâneo.

Do ponto de vista da comunicação o avanço tecnológico materializado nos atributos de mobilidade, portabilidade e acessibilidade dos dispositivos digitais que vem consolidando uma nova maneira de estar no mundo – a cibercultura engendra novas sociabilidades, novas sensibilidades, novas formas de ação política que não mantém, em muitos casos, mais uma sintonia com as questões do desenvolvimento erigidas em épocas passadas.

No território da sustentabilidade o conflito político está estabelecido. A Conferência Rio+20, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro tornou-se o cenário da controvérsia gerada em torno da proposta do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente sob o título de “economia verde” traz algumas proposições para refletir o mundo, para além da economia verde. Eli da Veiga (2012) em resenha do referido livro para o Jornal Valor de São Paulo resume algumas das proposições Abramoway úteis para observar o quanto as questões do desenvolvimento sustentável e as tecnologias da informação e comunicação acham-se imbricados no mundo contemporâneo:

A civilização contemporânea vive a explosiva combinação de rápida evolução ético-social. Mesmo assim, nunca foram tão promissoras as oportunidades para a emergência de um sistema econômico em que a partilha, a cooperação e a distribuição dos recursos se coloquem a serviço do desenvolvimento sustentável. Muito além de uma “economia verde”, essa “nova economia” tende ser um processo de dupla reunificação: da ética com a economia e a sociedade com a natureza”. Abramoway, apud. Veiga, 2012.

A economia da informação em rede favorece as formas de ação coletiva que não se baseiam nem em sistema de preço nem nas práticas típicas das firmas. Está surgindo uma nova esfera pública, que não se confunde com o mercado nem com as hierarquias organizacionais públicas e privadas. A sociedade da informação em rede resulta de revolução científica em que convergem comportamentos humanos cooperativos e formas inéditas de organização do Estado, dos negócios e da vida associativa. Abramoway, apud. Veiga, 2012.

Para finalizar e sem a pretensão de trazer ideias conclusivas, deixo apenas algumas indagações:

É válida no mundo contemporâneo a assertiva de que o modelo de desenvolvimento erigido pelas políticas públicas define o modelo da comunicação em cada época?

Em caso afirmativo, que estratégias de comunicação poderiam ser formatadas por estas políticas capazes de mobilizar as populações rurais de agricultores familiares, agropecuaristas, agroextrativistas, agroflorestais, artesãos, homens, mulheres, negros, índios, jovens, quilombolas para construir num sentido estrito a inclusão social em todos os níveis; a equidade nas relações de gênero, geração e etnia. A garantia de segurança e soberania alimentar e nutricional? E no sentido mais amplo, da sua condição de humanos, como favorecer a chance, no dizer de Eli da Veiga (2012) “de alicerçar sua esperança: liberdade, equidade, solidariedade e sustentabilidade”? E aí sim poderemos falar em sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável - metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2002.

CALLOU, A. Brás F.; TAUKE SANTOS, M. Salett. Políticas públicas e associativismo agrícola no nordeste do Brasil. **Revista da Rede universitária das Américas em estudos cooperativos e associativismo** vol.6 n.1 outubro de 2008 Sherbrooke, CA: Universidade de Sherbrooke, p.33-47.

CALLOU, A. Brás F.; TAUKE SANTOS, M. Salett. Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local *In*: TAUKE SANTOS, Maria Salett, CALLOU Angelo Brás Fernandes (Orgs.) **Associativismo e Desenvolvimento Local** Recife: Bagaço, 2006.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. TAUK SANTOS, Maria Salett. **Relatório de avaliação do segmento organização/participação comunitária do programa PAPP**. IICA/UFRPE/FUNDAJ, Recife, 1996.

CAMPONHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo meio rural brasileiro**. Políticas Públicas. EMBRAPA MEIO AMBIENTE, Jaguariúna- SP, 2000 volume 4.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA-2004 . p. 95-120

CARVALHO, Horácio Martins de. **As ambiguidades da Comunicação Participativa: notas para um debate**. Recife, 1980 (Mimeo)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf. **Síntese da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**. Disponível em www.mda.gov.br- acesso: 04/11/2011.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **Aspectos e implicaciones políticas de la comunicación participativa**. Seminário Latino-americano de Comunicación Participatoria. Quito: Ciespal, 1978 (Mimeo).

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável**. 2ª ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto de. **Desenvolvimento local, integrado e sustentável: dez consensos**. Proposta, ano 27, nº 78, p. 6-19. 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**, 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GARCIA DELGADO D. **Estado-nación y globalización**, Ed. Ariel, Buenos Aires, 2000.

JARA, Carlos J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife, IICA, 1998.

JARA, Carlos J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília, IICA, 2001.

MATTELART, Armand. **Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1976.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **A Globalização e as ciências sociais**, 2ª Ed., São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, José Graziano da. **Por um novo programa agrário**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA n.2 vol.23 mai/ago 1993, p.5-16.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**, Rio de Janeiro: FGV. 2004.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta. In CALLOU, A. Brás (Org.) **Comunicação Rural Tecnologia e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural-velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; FRAUMEIGS, Divina; TAUK SANTOS, Maria Salett (org). **Comunicação e informação: identidades e fronteiras**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE. In: TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). **Políticas de comunicação rural nos anos 90**. Recife: Imprensa Universitária, UFRPE, 1998.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação e consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares**. Revista Brasileira de Comunicação – Intercom, São Paulo, vol XIX, n.2, jul./dez., 1996, p. 43-47.

TAUK SANTOS, Maria Salett. CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local**. Revista Signo, revista de Comunicação Integrada. UFPB. Ano II. N.3, setembro/1995.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa do programa Cecapas/Serta**, São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação ECA- USP).

TIMMER, Willy. **Planejamento do trabalho de Extensão Agrícola**. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, Brasil, 1954.

THORNTON, Ricardo Dominic. **Los 90 y el nuevo siglo en los sistemas de extensión rural y transferencia de tecnologia publicos em el Mercosur** 1 ed. Santa Rosa: Base 1, 2006.

VEIGA, José Eli da. **A ruptura necessária para outra economia**. Jornal Valor, São Paulo disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/2691664/ruptura-necessaria-para-outra-economia#ixzz1wvqk57wk>.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas, SP. Autores Associados, 2012.